

Jorge M. Bergoglio
Papa Francisco

Educar:
escolher a vida

Propostas para tempos difíceis

AM
EDITORA
AVE-MARIA

Prefácio

Educar, eis o desafio!

Qual é o papel da educação hoje?

Num mundo em constante transformação, quais seriam as bases educacionais que, além de transmitir informações, agiriam sobretudo na formação da pessoa? Educar é necessariamente formar para a vida. Para isso, é necessário eleger a vida e reconhecê-la como dom único e insubstituível.

O Papa Francisco nos presenteia com essa reflexão, abordando os desafios educacionais e dando pistas para um educar libertador, centrado na natureza humana.

A editora Ave-Maria, com grata satisfação, apresenta mais um livro do Santo Padre. Nosso intuito é que este material seja um suporte a todas as entidades educacionais, tanto católicas quanto seculares, e também um guia de inspiração para muitos profissionais e pais.

Em alguns capítulos, o autor trata de temas específicos da realidade educacional na Argentina.

Eles foram mantidos nesta obra porque consideramos que a abordagem de Bergoglio pode ser facilmente aplicada em qualquer país – particularmente no Brasil, devido às semelhanças históricas entre os dois países.

O modelo ideal de educador apresentado por Francisco é o próprio Jesus, o Mestre, que acredita na mensagem que prega, respeita as diferenças e o tempo de cada um, olha com misericórdia e acolhe, sem fazer distinção de pessoas, e liberta para a vida – vida em plenitude.

“Eu os convido a seguir em frente, refletindo acerca de alguns modos nos quais a sabedoria cristã poderia modelar nossa vocação docente, traduzindo em valorações de fundo e em práticas concretas a Verdade revelada” (p. 83)

Pe. Luís Erlin, CMF
Editor

Apresentação

Por quanto tempo conseguimos caminhar sem um rumo definido? Aonde podemos chegar se uma meta não orientar nossos passos? A que podemos nos propor se não sabemos quem somos? Não é casual o uso do plural nessas perguntas. Porque, embora seja certo que, de alguma maneira, resumem as inquietudes do coração humano, também expressam o devir de um povo na construção de sua identidade.

E os tempos de crise são os que revelam com veracidade do que somos feitos. São eles que despertam com urgência as vozes que devolvem o sentido ao caminhar incerto.

Nesse cenário, apresentamos as mensagens de Jorge Bergoglio às comunidades educacionais nos últimos três anos, acompanhadas de propostas para seu trabalho em âmbito pessoal e grupal.

As palavras do homem que um dia foi o Arcebispo de Buenos Aires mostram um homem de Deus, que, por isso mesmo, está profundamente comprometido com a sorte de seus irmãos. São palavras que nos convidam

a lembrarmos de nossas raízes, a tornarmos a olhar os valores de nosso povo, a renovarmos a confiança na verdadeira riqueza de nossa pátria. E, nesse sentido, sintetizam e estimulam a tarefa que há muito tempo a Paróquia da Educação da Arquidiocese vem realizando.

Na primeira mensagem, o Pastor se dirige ao mundo da educação para nos recordar que “longe de ser um mero consolo fantasiado, uma alienação imaginária, a utopia é uma forma que a esperança assume em uma situação histórica específica”. Assim, o eixo de sua reflexão nos convida a viver “a criatividade como característica de uma esperança ativa”.

No início da segunda, declara: “Se olharmos para Jesus, Sabedoria de Deus encarnada, poderemos perceber que as dificuldades se tornam desafios, os desafios apelam à esperança e geram a alegria de nos sabermos artífices de algo novo. Tudo isso, sem dúvida, nos impulsiona a continuar dando o melhor de nós mesmos”. É um plano de vida.

Na terceira mensagem, o Cardeal convida os educadores à reflexão sobre “a tarefa de acompanhar as crianças e jovens em seu processo de amadurecimento”. Afirma que “é imprescindível nos aproximarmos da realidade que as crianças vivem em nossa sociedade e nos interrogarmos acerca de que papel temos nela”. Chama a estabelecer metas concretas para a educação na maturidade.

Horizontes abertos, fraternidade solidária, crescimento, gratuidade com eficiência, excelência da

solidariedade são conceitos originais que o Cardeal promove como parte de nossa contribuição especificamente cristã para uma educação que testemunhe e realize outra forma de sermos humanos.

“Nosso objetivo não é só formar indivíduos úteis à sociedade, e sim educar pessoas que possam transformá-la! (...) Ou somos capazes de formar homens e mulheres com essa mentalidade, ou teremos fracassado em nossa missão.”

O rumo está definido. Já podemos caminhar.

Editorial Claretiana

1

SER CRIATIVOS PARA UMA ESPERANÇA ATIVA

Um ato de esperança

Há exatamente um ano eu dava início à minha mensagem às comunidades educacionais falando de um momento crítico e decisivo na vida de nosso povo. Muitas coisas se passaram desde então: sofrimento, desconcerto, indignação, mas também muita solidariedade de tantos homens e mulheres que se ofereceram ao próximo sem se justificar na indiferença ou no afã de se “salvar” dos outros. Como balanço, encontramos a convicção de que não temos que esperar nenhum *salvador*, nenhuma proposta *mágica* que vá nos fazer seguir em frente ou cumprir nosso *verdadeiro destino*. Não existe *verdadeiro destino*, não existe magia. O que existe é um povo com sua história repleta de perguntas e dúvidas, com suas instituições mal se sustentando, com seus valores postos entre pontos de interrogação, com as ferramentas mínimas para sobreviver um dia sequer. Coisas *pesadas* demais para serem confiadas a um carismático ou a um técnico. Coisas que só mediante *uma ação coletiva de criação histórica* podem dar lugar a um rumo mais venturoso. E não julgo me

equivocar quando intuo que a tarefa de vocês como educadores vai ter que *se destacar* nesse desafio. Criar coletivamente uma realidade melhor, com os limites e possibilidades da história, é um *ato de esperança*. Não de certezas ou meras apostas: nem destino nem acaso. Exige crenças e virtudes. Pôr em jogo todos os recursos, mais um extra imponderável que lhe dará certo seu dramatismo.

A reflexão deste ano também versa *sobre a esperança*, mas muito em particular sobre um componente essencial de sua dimensão ativa: a *criatividade*. Porque se estamos em um momento de criação histórica e coletiva, nossa tarefa como educadores já não pode se limitar a “continuar fazendo o de sempre”, nem mesmo a “resistir” diante de uma realidade extremamente adversa: trata-se de criar, de começar a assentar os tijolos para um novo edifício no meio da história; ou seja, situados em um presente que tem um passado e – é o que desejamos – também um futuro.

Utopia e criação histórica

Para nós, falar de *criação* tem uma imediata conotação crente. A fé em Deus Criador nos diz que a história dos homens não é um vazio sem margens: tem um início e tem também uma direção. O Deus que criou “o céu e a terra” é o mesmo que fez uma Promessa a seu povo, e seu poder absoluto é a garantia da eficácia de seu Amor. *A fé na criação, deste modo, é suporte da esperança.* A história humana, nossa história, a história de cada um de nós, de nossas famílias, de nossas comunidades, a história concreta que construímos dia a dia em nossas escolas, nunca está *terminada*, nunca esgota suas possibilidades; sempre pode se abrir ao novo, ao que até agora não havia sido levado em conta, ao que parecia impossível. Porque essa história faz parte de uma criação que tem suas raízes no Poder e Amor de Deus.

Uma vez mais, é conveniente deixar claro que não se trata de uma espécie de cotejo entre pessimismo e otimismo. Estamos falando da *esperança*, e a esperança não se sente à vontade com nenhuma dessas

duas opções. Vamos nos centrar na *criatividade* como característica de uma esperança ativa. Em que sentido podemos ser criativos, criadores, nós, seres humanos? Não será no sentido de *criar do nada* como Deus, obviamente. Nossa capacidade de criar é bem mais humilde e circunscrita, posto que é um dom de Deus que, acima de tudo, devemos receber. Nós, ao exercer nossa criatividade, devemos aprender a nos mover dentro da *tensão entre a novidade e a continuidade*. Quer dizer que devemos dar lugar ao novo a partir do já conhecido. Para a criatividade humana, não há *criação do nada nem idêntica repetição do mesmo*. Agir criativamente implica responsabilizar-se seriamente pelo que existe, em toda sua densidade, e encontrar o caminho pelo qual a partir dali se manifeste algo novo.

Neste ponto, podemos convocar, como já fizemos ano passado, um dos mais importantes mestres da fé: Santo Agostinho. Em sua obra *A cidade de Deus*, esse pai da Igreja reflete sobre o sentido da história a partir da perspectiva da salvação escatológica realizada em Cristo. A iminente queda do Império Romano anunciava uma profunda novidade histórica: o fim de uma época e o incerto começo de outra. E Agostinho se propunha a compreender os desígnios de Deus para iluminar a Igreja confiada a seu ministério. Já expusemos os elementos centrais dessa obra na mensagem do ano passado. Em última instância, nós nos referíamos à *história humana como lugar do discernimento entre as ofertas da graça*, orientadas à plena realização do homem; à sociedade e

à história na redenção escatológica, e nas *tentações do pecado*, pretendendo construir um destino que não se oponha à dinâmica divina de salvação.

Mas há outras dimensões desse pensamento agostiniano que podem nos orientar na busca de uma criatividade histórica. Para aproveitar seu ensinamento, precisamos nos perguntar, antes, sobre *o sentido da utopia*. Em primeiro lugar, as utopias são frutos da imaginação, são a projeção no futuro de uma constelação de desejos e aspirações. A utopia toma sua força de dois elementos: de um lado, temos a inconformidade, a insatisfação ou o mal-estar gerados pela realidade atual; de outro, a inquebrantável convicção de que outro mundo é possível. Daí sua força de mobilização. Longe de ser um mero consolo fantasioso, uma alienação imaginária, *a utopia é uma forma que a esperança assume em uma situação histórica específica*.

A crença de que o mundo é perfectível e de que a pessoa humana tem recursos para alcançar uma vida mais plena alimenta toda construção utópica. Mas tal crença segue junto com uma busca concreta de meios para que esse ideal seja realizável. Embora o termo *utopia* literalmente remeta a algo que está “em nenhum lugar”, algo que não existe de modo localizável, nem por isso aponta a uma completa alienação da realidade histórica. Ao contrário, apresenta-se como um desenvolvimento possível, ainda que por ora imaginado. Vamos anotar este ponto: algo que não existe ainda, *algo novo, mas para o qual devemos nos dirigir*

a partir do que existe. Desse modo, todas as utopias incluem uma descrição de uma sociedade ideal, porém também uma análise dos mecanismos ou estratégias que a poderiam tornar possível. Diríamos que é uma projeção no futuro que tende a voltar ao presente, buscando seus caminhos de possibilidades, nesta ordem: primeiro, o ideal, delineado vividamente, depois, certos meios que hipoteticamente o fariam viável.

Além disso, em sua *ida e volta* a partir do presente, apoia-se fundamentalmente na *negação dos aspectos não desejados da realidade atual*. Brota do repúdio (não visceral, e sim inteligente) a uma situação considerada ruim, injusta, desumanizadora, alienante etc. Nesse sentido, devemos assinalar que a utopia propõe o novo, sem nunca se livrar do atual. Esboça a expectativa da novidade pela percepção atual do que seria desejável se pudéssemos nos livrar dos fatores que nos oprimem, das tendências que nos impedem de ter acesso a algo superior. Por dois lados diferentes, então, vemos a *indissolúvel ligação entre o futuro desejado e o presente suportado*. A utopia não é pura fantasia: também é crítica da realidade e busca de novos caminhos.

Nesse repúdio ao atual em nome de outro mundo possível, articulado como um salto ao futuro que deve depois encontrar seus caminhos para se tornar viável, há *dois sérios limites*: primeiro, certo aspecto *"louco"*, próprio de seu caráter fantástico ou imaginário que, ao enfatizar essa dimensão e não os aspectos pragmáticos de sua construção, pode

transformá-la em mero sonho, em desejo impossível. Isso nos é claro pelo uso atual do termo. O segundo limite: em seu repúdio ao atual e desejo de instaurar algo novo, a utopia pode recair em um *autoritarismo* mais feroz e intransigente que aquele que se queria superar. Quantos ideais utópicos não deram lugar, na história da Humanidade, a toda forma de injustiças, intolerâncias, perseguições, desmandos e ditaduras de diversos tipos?

Pois bem: justamente são esses dois limites do pensamento utópico que provocaram seu descrédito na atualidade; seja por um pretense realismo que se amarra ao *possível*, entendendo esse possível como o simples jogo das forças dominantes, descartando a capacidade humana de criar realidades a partir de uma aspiração ética; seja pelo cansaço diante das promessas de certos mundos novos que, no último século, só trouxeram mais sofrimento aos povos.

E aqui podemos tornar a ler *A Cidade de Deus*. A utopia, tal como a conhecemos, é uma construção tipicamente moderna (embora tenha suas raízes nos movimentos milenaristas que atravessaram a segunda metade da Idade Média). Mas Santo Agostinho, ao propor seu esquema das “duas cidades” (a cidade de Deus, regida pelo amor, e a cidade terrena, pelo egoísmo), inextricavelmente justapostas na história secular, oferece-nos algumas *chaves para situar a relação entre novidade e continuidade*, que é justamente o *ponto crítico do pensamento utópico e a chave de toda criatividade*

histórica. De fato: a Cidade de Deus é, em primeiro lugar, uma crítica à concepção que sacralizava o poder político e o *status quo*. Todo império da antiguidade se apoiava nesse tipo de crença. A religião era parte essencial de toda a construção simbólica e imaginária que sustentava a sociedade em um poder sacralizado. E isso não era só questão dos *pagãos*: uma vez que o cristianismo foi adotado como religião do Império Romano, foi se configurando uma *teologia oficial* que sustentava essa realidade política como se fosse já o Reino de Deus consumado na Terra.

Justamente a esse tipo de leitura teológica de uma realidade histórica opunha-se Agostinho com sua obra. Ao mostrar as sementes de corrupção na Roma imperial, estava rompendo toda identificação entre Reino de Cristo e reino deste mundo. E ao apresentar a Cidade de Deus como uma realidade presente na história, mas de um modo mesclado com a Cidade terrena e só *separável* no Juízo Final, dava lugar à possibilidade de *outra história possível*, vivida e construída com base em outros valores e outros ideais. Se na *teologia oficial* a história era o lugar exclusivo e excludente do Poder autorreferenciado, na Cidade de Deus se constitui em espaço para uma Liberdade que acolhe o dom da salvação e o projeto divino de uma Humanidade e um mundo transfigurados. Projeto que será consumado na escatologia, é verdade, mas que já na história pode ir gestando novas realidades, derrubando falsos determinismos, abrindo diversas

vezes o horizonte da esperança e da criatividade a partir de um sentido extra, de uma promessa que sempre está convidando a seguir em frente.

Também podemos assumir o *momento “utópico” de sua crítica aos modelos sacralizados*, e vinculá-lo ao *realismo* com que o bispo de Hipona considerava sua pertinência ativa à Igreja. Porque outro aspecto de nosso santo é sua comprometida e concreta luta pela *construção de uma Igreja forte, unida, centrada na experiência de fé da qual ele mesmo era uma testemunha privilegiada, realizando-se de um modo histórico e terreno em uma comunidade real*. Sua firme posição diante dos donatistas (uma corrente que pretendia uma Igreja dos *purros*, sem lugar para os pecadores) evidenciava a convicção realista de que a espera de um céu novo e uma nova terra não deve nos deixar de braços cruzados diante dos desafios do presente, em nome de uma *pureza* ou não contaminação com o terreno; ao contrário, deve nos dar uma orientação e uma energia próprias para *amassar* o barro do cotidiano, o ambíguo barro de que é feita a história humana, para plasmar um mundo mais digno das filhas e filhos de Deus. Não o céu na Terra: só *um mundo mais humano*, em espera da ação escatológica de Deus.

A criatividade histórica, então, sob uma perspectiva cristã, rege-se pela *parábola do trigo e do joio*. É necessário *projetar utopias* e, ao mesmo tempo, é necessário *responsabilizar-se pelo que existe*. Não existe o “começar do zero”. Ser criativo não é jogar fora tudo que constitui a realidade atual, por mais limitada,

corrupta e desgastada que se apresente. Não há futuro sem presente e sem passado: a criatividade implica também memória e discernimento, equanimidade e justiça, prudência e força. Se vamos tentar aportar algo a nossa Pátria no lugar da educação, não podemos perder de vista os dois polos: o utópico e o realista, porque ambos são parte integrante da criatividade histórica. Devemos nos animar para o novo, mas sem jogar no lixo o que outros (e inclusive nós mesmos) construíram com esforço.

Um criativo na história Argentina

Vamos tentar ver isso de um modo um pouco mais concreto. Por que não tentar, já que estamos nisso, aprender pela história? Pensando nos primeiros tempos de nossa pátria, veio à minha lembrança um personagem do qual, em geral, não reconhecemos sua relevância na Argentina nascente. Refiro-me a *Manuel Belgrano*.

O que se pode dizer dele, além de sua participação na Primeira Junta e na criação da bandeira? Não foi um homem *bem-sucedido*, pelo menos não nos termos em que nos acostumamos a usar essa palavra nestes tempos de pragmatismo e ignorância. Suas campanhas militares careceram do brilho e profundidade que valeram a José de San Martín o título de *Libertador*. Carecia da pluma de escritor e propagandista de um Sarmiento. Como político, sempre esteve relegado a uma segunda linha. Sua vida privada também não foi muito chamativa: sua saúde deixava bastante a desejar,

não pôde se casar com a mulher que amava e morreu aos 50 anos, na pobreza. Contudo, Sarmiento disse que ele havia sido “um dos pouquíssimos que não têm que pedir perdão à posteridade e à severa crítica da história. Sua morte obscura é ainda uma garantia de que foi cidadão íntegro, patriota irrepreensível”. De muito poucos *bem-sucedidos* de nossa história nacional se poderia dizer o mesmo. É que, além de suas incontrastáveis virtudes pessoais e sua profunda fé cristã, Belgrano foi um homem que, no momento justo, soube encontrar o dinamismo, a força e o equilíbrio que definem a verdadeira criatividade: a difícil, mas fecunda, conjugação de continuidade realista e novidade magnânima. Sua influência nos alvares de nossa identidade nacional é muito maior do que se supõe; e, por isso, pode se levantar novamente para nos mostrar, neste tempo de incertezas, mas também de desafios, *como se faz* para assentar alicerces duradouros em uma tarefa de criação histórica.

Um criativo revolucionário

Belgrano viveu em uma época de utopias. Filho de italiano e *crioula*,¹ dedicara-se ao estudo das Leis em algumas das melhores universidades da metrópole: Salamanca, Madri e Valladolid. Na convulsionada Europa de fim de século, o jovem Belgrano não só aprendera a disciplina que havia ido estudar, como também se interessara pelo turbilhão de ideias nascentes que estavam configurando uma nova época. Em particular, a economia política. Firmemente convencido das mais avançadas ideias de progresso de seu tempo, não hesitou em formar um projeto dentro de si: pôr tudo isso a serviço de uma grande causa em sua pátria natal. Assim, em 1794 foi nomeado primeiro secretário perpétuo do Real Consulado de Indústria e Comércio do Vice-reinado do Rio da Prata, algo similar ao que hoje seria um cargo de ministro da Fazenda.

¹ Pessoa de ascendência europeia nascida em territórios espanhóis na América. (N. da T.)

Não era comum que a Espanha fortemente centralista dos Bourbon situasse em cargo tão importante um filho de *crioula* e estrangeiro. Mas em Buenos Aires faltavam homens com uma formação semelhante. O novo secretário não tardou a se confrontar com a realidade americana, ao tentar cumprir sua tarefa de promover a produção e o comércio com um espírito realmente transformador. Logo se deu conta de que os brilhantes ideais de direitos do homem e o progresso se chocavam com as mentalidades conservadoras da administração colonial e os setores acomodados de Buenos Aires, comerciantes que se beneficiavam do monopólio Espanhol e do contrabando:

“... Soube que nada fariam em favor das províncias uns homens que, por seus interesses particulares, relegavam os comuns. Contudo, já que pelas obrigações de meu cargo podia falar e escrever sobre tão úteis matérias, eu me propus, pelo menos, a jogar as sementes que algum dia seriam capazes de dar frutos, seja porque alguns estimulados pelo mesmo espírito se dedicariam a seu cultivo, seja porque a própria ordem das coisas as fariam germinar”, diria em sua breve autobiografia.

Quais eram essas sementes? “Fundar escolas é semear nas almas”, dirá nosso prócer. O espírito revolucionário de Belgrano descobriu rapidamente que o novo, o que poderia ser capaz de modificar uma realidade estática e esclerosada, viria pelo lado da educação. Deste modo, promoveu por todos os

meios a criação de escolas básicas e especializadas. O *Memorias anuales del Consulado*, o jornal *Telégrafo Mercantil* e, mais tarde, o *Correo de Comercio*, seriam alguns dos meios pelos quais buscava *espalhar* essas *sementes*. Sua prédica insistiria na necessidade do ensino técnico, desenhando projetos de escolas de agricultura, comércio, arquitetura, matemática, desenho. De todas elas, só se puderam concretizar as de Náutica e de Desenho. Muito antes que outros, Belgrano compreendeu que a educação e a capacitação nas disciplinas e técnicas modernas eram uma importante chave para o desenvolvimento de sua pátria. Se seus projetos não puderam se desenvolver foi porque – como ele mesmo escreveria anos depois – “todos, ou encaihavam no governo de Buenos Aires ou na Corte, ou entre os próprios comerciantes, indivíduos que compunham esse corpo, para quem não havia mais razão, nem mais justiça, nem mais utilidade, nem mais necessidade que seu interesse mercantil; qualquer coisa que se chocasse com ele encontrava um veto, sem que houvesse recurso para derrubá-lo”. Mas nem por isso abandonou seu empenho: por um ou outro lado dava um jeito de continuar difundindo e pondo em prática suas ideias. Porque, além de idealista, o criador da bandeira era extremamente perseverante, e não se deixava vencer facilmente, apesar de seu caráter moderado e conciliador.

Além do que dizia respeito ao desenvolvimento econômico, Belgrano considerava que “um povo culto

nunca pode ser escravizado”. A *dignidade da pessoa humana* ocupava em sua mentalidade, ao mesmo tempo cristã e ilustrada, o lugar central. Por isso lutou também pela fundação de escolas na cidade e no campo que oferecessem a todas as crianças as primeiras letras, junto com conhecimentos básicos de matemática, o catecismo e alguns ofícios úteis para ganhar a vida.

“Esses miseráveis ranchos, onde se vê uma multidão de criaturas que chegam à idade da puberdade sem ter se exercitado em nada mais que a ociosidade, devem ser atendidos até o último ponto”, escrevia em 1796. “Um dos principais meios que se devem adotar para esse fim são as escolas gratuitas, aonde os infelizes possam mandar seus filhos sem ter que pagar coisa alguma por sua instrução; ali se lhes poderiam ditar boas máximas e inspirar-lhes amor ao trabalho, pois em um povo onde reina a ociosidade decai o comércio e a miséria toma seu lugar”.

Não era outro o espírito de sua insistência (no Regulamento da Escola de Geometria, Arquitetura, Perspectiva e Desenho, escrito por sua própria mão) nos direitos iguais para espanhóis, *crioulos* e índios e na provisão de quatro lugares para órfãos, “os mais despossados de nossa terra”. Na mesma linha, Belgrano dá uma fundamental importância à educação das meninas, em uma época em que ainda estava muito longe o reconhecimento prático de condições e direitos iguais para homens e mulheres. Vemos, assim, um verdadeiro criador em ação, alguém que,

longe de se considerar satisfeito pela posição alcançada e fazê-la jogar a seu favor, consagrou o melhor de suas energias para tentar plasmar uma sociedade nova, diferente, melhor para todos. Era aberto às ideias mais avançadas de sua época, e, ao mesmo tempo, atento à necessidade de que *ninguém ficasse de fora* desse novo mundo que ia tomando forma. Mas algo mais: não se tratava de um idealista que ignorava as dificuldades práticas de seus projetos. Para todos eles, buscava prever o modo de financiamento, os *recursos materiais e humanos* que o fariam possível. Nesse ponto, não hesitou em fornecer ele mesmo elementos que seriam necessários para sustentar um esforço educacional sério. Pouco depois da Revolução de 1810, doou 165 livros para a biblioteca pública de Buenos Aires (hoje Biblioteca Nacional). É sabido que destinou o prêmio de 40 mil pesos que recebeu por sua vitória na batalha de Salta para construir quatro escolas em Tarija, Salta, Tucumán e Santiago del Estero. Ele mesmo redigiu o Regulamento para essas escolas, no qual mostrava como esses recursos deveriam ser usados para manter os professores, prover de material e livros as crianças de pais pobres etc. Um detalhe chamativo: afirmava que o mestre devia ser considerado “Pai da Pátria” e deveria ter assento na prefeitura local. Outro detalhe, já não tão chamativo: essas escolas nunca foram construídas.